

SUP	
DOCUMENTAÇÃO	JURIDICA
CARIMBO DE ENTRADA DE DOCUMENTOS	
N.º de Ordem.....	
Quem recebeu: <u>Méuira</u>	
Data: <u>30</u> / <u>06</u> / <u>2022</u> Hora: <u>12:32</u>	



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPREMO

Processo nº 14/2014

Autos de Recurso de Revisão

Vindos: Tribunal Judicial da Província de Sofala

Recorrente: Carvalho Muária

Recorrido: 1ª Secção do Tribunal Judicial do Distrito de Dondo

Relator: Mondlane, L.A.

### SUMÁRIO

I – O comitente não pode ser surpreendido com a condenação na sentença, já em execução, de que foi condenado no pagamento de indemnização a título de reparação de danos não patrimoniais derivados de acidente estradal sem que antes tenha sido dada oportunidade de se defender e de exercitar o contraditório.

II – O direito à defesa e ao contraditório são de consagração constitucional (artigos 62, 65 e 69 da Constituição), não podem ser postergados, limitados ou de qualquer modo cerceados sob pena de nulidade insanável.

III – A falta de citação acarreta a nulidade referida no artigo 194º, alínea a) do Código de Processo Civil e, como tal, ergue-se como fundamento do recurso extraordinário de revisão nos termos do artigo 771º do diploma legal citado.

IV – É nula a sentença na parte que condena o comitente no pagamento da indemnização, acrescido da circunstância de que, no caso, este transferiu a responsabilidade civil à entidade seguradora, por efeito do seguro obrigatório, como preceitua o artigo 1º da Lei nº 2/2003, de 21 de Janeiro.

## ACÓRDÃO

Acordam, em conferência, na Secção Criminal do Tribunal Supremo

### I - RELATÓRIO

**Carvalho Muária**, com os demais sinais de identificação constantes dos autos (fls. 8) requereu a revisão da sentença proferida no Processo nº 4/1ª Secção/2013, com o fundamento na falta de citação, ao abrigo do disposto na alínea f) do artigo 771º do Código de Processo Civil.

Motivando o recurso ofereceu os seguintes fundamentos:

1. Em data que não designa do ano de 2011, decorria o primeiro semestre, Rafael Pequenino, conduzindo um veículo automóvel de que o requerente é proprietário, com chapa de inscrição MLZ- 85-58, envolveu-se num acidente estradal de tipo capotamento. Circulava na ocasião, partindo de Dondo com destino a Mafambisse, Cidade da Beira.
2. Trata-se de um veículo pesado de transporte de passageiros e, do aludido sinistro, perderam a vida alguns dos ocupantes e outros contraíram ferimentos graves.
3. Desde a data dos factos, o requerente não recebeu qualquer comunicação relativa ao sinistro nem qualquer manifestação de insatisfação no respeitante às indemnizações pagas pela Emose (empresa seguradora) uma vez que o veículo dispunha do necessário seguro, nos termos da lei.

4. Sucede, porém, que a 29 de Outubro de 2013, o recorrente foi surpreendido com a citação, no âmbito dos autos de execução sumária nº 15/13 na sequência da decisão proferida no Processo nº 4/1ª Secção/2013.
5. De acordo com a assinalada citação, o recorrente foi condenado no pagamento a título solidário com o condutor do veículo, Rafael Pequenino, a quantia de 840.000.00Mt (oitocentos e quarenta mil meticais) sem que antes lhe tivesse sido dada oportunidade para exercer o direito de defesa, ao arrepio dos mais elementares princípios de Direito.
6. Tomou, pois, conhecimento da condenação que lhe foi imposta, decorridos mais de dois anos após o sinistro, de que havia sido condenado na medida acima indicada.
7. O recorrente não foi citado para exercer o direito de defesa, num processo que culminou com a sua condenação, ao arrepio dos mais elementares princípios de Direito.

#### **B - DE DIREITO**

8. Aduziu o requerente que a condenação imposta sem que tenha exercido o direito de defesa coloca-se em confronto directo com o preceituado nos artigos 62, nº 1 e 65 nº 1, ambos da Constituição da República de Moçambique, e o nº 1 do artigo 233º, todos do Código de Processo Civil.
9. A responsabilidade do comitente pelos actos do comissário nos termos do artigo 500º do Código Civil e o nº 8 do Código de Estrada acarreta a observância do direito de defesa, com consagração constitucional (o sublinhado é nosso).



A terminar roga que se dê provimento ao recurso, ao abrigo do disposto na alínea f) do artigo 771º do C. P. Civil e, conseqüentemente, revogada a sentença recaída no Processo nº 4 (1ª Secção) 2013, atento o disposto na alínea a) do artigo 776º do texto legal citado e que sejam os exequentes notificados a prestar caução de igual valor ao que solicitam, ao abrigo do disposto no artigo 777º do código.

Nesta instância, o Digníssimo Representante do Ministério Público expendeu no seu douto parecer inserto a fls. 43, em síntese, que é nula a sentença na parte que condena o comitente a pagar solidariamente com o comissário a indemnização arbitrada sem que antes lhe tenha sido disponibilizada a oportunidade para exercer o seu direito de defesa.

Ao abrigo do disposto no artigo 771º do Código de Processo Civil, a falta de citação do réu é fundamento bastante para a revisão da sentença transitada em julgado e porque inibidora do exercício do direito de defesa determina a nulidade da condenação na sequência imposta.

Tem o processo os vistos legais, cumprindo apreciar e decidir:

Extrai-se da sentença proferida no Processo nº 4/1ª Secção/2013 que no dia 17 de Maio de 2011, pelas 16,30 horas, na Estrada Nacional nº 6, na zona de Muzimbite, registou-se um acidente de viação de tipo capotamento, envolvendo um veículo pesado, de transporte colectivo de passageiros, de marca TATA, com o registo de inscrição MLZ-85-58, pertencente a Carvalho Muária, na ocasião conduzida pelo arguido Rafael Pequenino. Seguiu, na ocasião, o aludido veículo no sentido Dondo com destino a Mafambisse, cidade da Beira.

Do acidente resultaram quatro óbitos, entre os quais o cobrador e sete feridos graves. De interesse, lê-se na sentença o seguinte:

*“Vai o réu solidariamente com o proprietário da viatura de marca Tata (...) condenados a indemnizar os herdeiros das vítimas Mendes Alfândega Muima, Fátima*

*Alberto Nhamilando, Maria Arminda Sambo, Fátima Tino Ngoma, por perdas e danos não patrimoniais num montante de 150.000,00Mt (cento e cinquenta mil meticaís) por cada vítima. E indemnizar as vítimas Fernando Castigo Chinemera, Rafael António Machava e Amélia Machava Suade, por perdas e danos não patrimoniais no montante de 80.000,00 (oitenta mil meticaís) por cada vítima, nos termos do artigo 140º, nº 8 do C. da Estrada, 500º do Código Civil e 34º do C. P. Penal”.*

Não se mostra do aludido processo que o recorrente tenha sido dada oportunidade para oferecer o que quer que fosse em sua defesa e do facto é igualmente omissa a Acta de Audiência de Discussão e Julgamento (fls. 88 e seguintes).

Nem tão pouco se alcança da referida acta que a empresa de seguros (EMOSE), que no caso assumiu a responsabilidade civil, foi chamada a intervir nos autos, sendo igualmente surpreendida com a condenação na sentença.

O direito à defesa e o direito ao contraditório são de consagração constitucional não podendo, em circunstância alguma serem postergados ou violados.

A sentença aqui posta em crise foi prolatada no dia 30 de Abril de 2013, tendo transitado em julgado no dia 6 de Maio imediato, pelo que só pode ser impugnada por via de recurso extraordinário.

Como ficou anotado, o recorrente lançou mão do recurso de revisão com o fundamento no disposto na alínea f) do artigo 771º do C. P. Civil. Manda a citada norma que a decisão transitada em julgado “quando, tendo corrido a acção e a execução à revelia, por falta absoluta de intervenção do réu, se mostre que faltou a sua citação (...)”.

Sendo objecto do presente recurso a nulidade da sentença na parte em que condena o comitente no pagamento solidário de indemnização a favor das vítimas de acidente estradal sem que este tenha sido citado ou dada a oportunidade para exercitar a sua defesa está-se verdadeiramente perante um recurso de revisão tal



como preceituado no artigo 771º, alínea f) do C. P. Civil, dada a natureza civil da reparação em processo penal. Mostra-se, deste modo, adequado e próprio o recurso interposto.

Com efeito, como se constata da Acta de Discussão e Julgamento, o recorrente não esteve presente no acto (fls. 88 do Apenso nº 1) e nem se mostra que tenha sido notificado para o mesmo. A falta de citação acarreta a nulidade referida no artigo 194º, alínea a) do C. P. Civil que afecta os actos processuais subsequentes. Tem-se, pois que o recorrente não pode ser surpreendido, já em fase de execução de sentença, pela condenação imposta sem que tenha tido oportunidade de exercer o seu direito de defesa e do contraditório, isto por um lado. Por outro, havendo transferido a responsabilidade civil conforme determina o artigo 157 do Código da Estrada (Decreto-Lei nº 1/2011 de 23 de Março), devidamente comprovado pela respectiva apólice de seguro (fls. 8). Nas circunstâncias do caso, não pode o comitente ser condenado no pagamento da reparação derivada por danos causados pelo acidente de viação. O direito à defesa e ao contraditório são de consagração constitucional (artigos 62 e 69 da CRM) e por essa razão a sua postergação ou maxime violação importa nulidade do acto.

Estão, pois, cobertos de razão o recorrente e o Digníssimo Representante do M. P. nesta instância pelo que procedem os argumentos invocados.

Nestes termos, e, pelo exposto, os Juizes de Secção Criminal do Tribunal Superior dão provimento ao recurso e, em consequência, revogam a decisão supramencionada na parte em que condena o recorrente Carvalho Marinho, já identificado, ao pagamento de indemnização por danos por culpa de acidente de viação.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPREMO

Sem recurso

Maputo, 07 de Agosto de 2018

Está conforme

Maputo, 16 de Agosto de 2018

A secretária Judicial